COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.190, DE 2001

Torna obrigatório o registro das agências de turismo no órgão competente.

Autor: Deputado **Ronaldo Vasconcellos**

Relator: Deputado **Mendes Ribeiro Filho**

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado **Ronaldo Vasconcellos**, que visa a tornar obrigatório o registro das agências de turismo no órgão competente.

Estabelece que somente poderão exercer atividades no País as agências de turismo registradas no órgão federal responsável pelo cadastramento e pela fiscalização das empresas dedicadas à exploração dos serviços turísticos.

Sustenta-se, na Justificação, que a medida proposta protegerá os consumidores da ação deletéria de maus profissionais, livrando as agências regularizadas da concorrência desleal, e promoverá o fortalecimento do setor turístico brasileiro.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio manifestou-se, no mérito, pela aprovação do projeto, na forma do Parecer da Relatora Deputada **Lídia Quinan**.

Desarquivada na presente legislatura, para prosseguimento da tramitação, com fundamento no art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno, a proposição não recebeu qualquer emenda nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso III, alínea a, do Regimento Interno, a competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para o exame da proposição restringe-se aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Analisando-a sob o ponto de vista de constitucionalidade, verifica-se que a matéria nela tratada se insere na competência legislativa da União, consoante dispõe o art. 24, inciso VIII, e art. 48, *caput*, da Carta da República.

Todavia, a proposição apresenta vícios insanáveis de inconstitucionalidade e injuridicidade, além de inadequada técnica legislativa.

É que a Constituição Federal, em seu art. 61, 1º, alínea e, combinado com o art. 84, inciso VI, estabelece ser da competência privativa do Presidente da República, dispor, por decreto, sobre a organização, bem como sobre o funcionamento da administração federal (equivale dizer, sobre a fixação de atribuições dos órgãos públicos), quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Além disso, o art. 170, parágrafo único, da Carta Política garante o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

O projeto, em razão da deficiência de seu conteúdo, não oferece parâmetro legal necessário para o exercício regulamentar pelo Poder Executivo.

Em termos de juridicidade, o projeto não se atém às normas contidas na Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que dispõe sobre o Instituto Brasileiro de Turismo- Embratur, que tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo (art. 2º).

Na competência da Embratur já se inclui o ato de “*cadastrar as empresas, classificar os empreendimentos dedicados às atividades*

turísticas e exercer função fiscalizadora, nos termos da legislação vigente” (art. 3º, X).

No mais, a técnica legislativa adotada na proposição não atende às recomendações previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001. Seu texto impreciso e incompleto, impossibilita a aplicação da lei, como concebida.

Isto posto, o voto é pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.190, de 2001.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2003.

Deputado **Mendes Ribeiro Filho**
Relator

31232300.148